



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
MJ-DEPARTAMENTO DE POLÍCIA FEDERAL
SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL NO ESTADO DE SÃO PAULO
Rua Hugo Dantola, 95 - 6º Andar, Lapa de Baixo, São Paulo/SP – 05038-090. Fone:
(11) 3538-5765 5766

PROCESSO: 08500.006760/2015-96

CONTRATO Nº 16/2015-SR/DPF/SP

TERMO DE CONTRATO DE
PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS Nº
16/2015-SR/DPF/SP, QUE FAZEM
ENTRE SI A UNIÃO, POR
INTERMÉDIO DA
SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL
DE POLÍCIA FEDERAL NO ESTADO
DE SÃO PAULO E A EMPRESA
LIDERANÇA LIMPEZA E
CONSERVAÇÃO LTDA.

A União, por intermédio da Superintendência Regional do Departamento de Polícia Federal no Estado de São Paulo, com sede na Rua Hugo D'Antola, 95, na cidade de São Paulo /Estado SP, inscrito no CNPJ sob o nº 00394494/0040-42, neste ato representado pelo Superintendente Regional de Polícia Federal no Estado de São Paulo, **Sr. LUIZ ROBERTO UNGARETTI DE GODOY**, nomeado pela Portaria nº 5.454, de 18 de junho de 2015, publicada no *DOU* 19 de junho de 2015, inscrito no CPF nº 255.962.978-01, portador da Carteira de Identidade nº 024.127.002-SSP, doravante denominada **CONTRATANTE**, e a empresa Liderança Limpeza e Conservação LTDA, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 00.482.840/0001-38, sediada na rua Antônio Mariano de Souza, 775, bairro Ipiranga, em São José –SC, doravante designada **CONTRATADA**, neste ato representado pelo **Sr. WILLIAN LOPES DE AGUIAR**, portador da Carteira de Identidade nº 3.975.588, expedida pela SSP/SC, e CPF nº 028.383.199-57, tendo em vista o que consta no Processo nº 08500.006760/2015-96 e em observância às disposições da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, da Lei nº 10.520, de 17 de julho de 2002, do Decreto nº 7.892, de 23 de janeiro de 2013, do Decreto nº 2.271, de 7 de julho de 1997 e da Instrução Normativa SLTI/MPOG nº 2, de 30 de abril de 2008 e suas alterações, resolvem celebrar o presente Termo de Contrato, decorrente do Pregão – Sistema de Registro de Preços nº 10/2015, mediante as cláusulas e condições a seguir enunciadas.

1. CLÁUSULA PRIMEIRA – OBJETO

1.1. O objeto do presente instrumento é a contratação de empresa para prestação de serviço continuado de Manutenção Predial Geral Preventiva e Corretiva por empreitada por preço global, dos quais integram serviços continuados de operação, supervisão, assessoramento técnico, com fornecimento de material, nas condições estabelecidas no Termo de Referência, anexo do Edital.

1.2. Este Termo de Contrato vincula-se ao Edital do Pregão, identificado no preâmbulo e à proposta vencedora, independentemente de transcrição.

2. CLÁUSULA SEGUNDA – VIGÊNCIA

2.1. O prazo de vigência deste Termo de Contrato é aquele fixado no Edital, com início na data de 31/07/2015 e encerramento em 31/07/2016, podendo ser prorrogado por interesse das partes até o limite de 60 (sessenta) meses, desde que haja autorização formal da autoridade competente e observados os seguintes requisitos:

2.1.1. Os serviços tenham sido prestados regularmente;

2.1.2. A Administração mantenha interesse na realização do serviço;

2.1.3. O valor do contrato permaneça economicamente vantajoso para a Administração; e



2.1.4. A contratada manifeste expressamente interesse na prorrogação.

2.1.5. A CONTRATADA não tem direito subjetivo à prorrogação contratual.

2.2. A prorrogação de contrato deverá ser promovida mediante a celebração de termo aditivo.

3. CLÁUSULA TERCEIRA – DO VALOR DO CONTRATO

3.1. O valor mensal do contrato para prestação de serviço é de R\$ 188.215,18 (cento e oitenta e oito mil, duzentos e quinze reais e dezoito centavos), e despesa mensal prevista com materiais é de R\$ 8.000 (oito mil reais), perfazendo o valor total mensal de serviços e materiais de R\$ 196.215,18 (cento e noventa e seis mil, duzentos e quinze reais e dezoito centavos), totalizando para 12 (doze) meses o valor de R\$ 2.354.582,20 (dois milhões, trezentos e cinquenta e quatro mil, quinhentos e oitenta e dois reais e vinte centavos), conforme tabela a seguir:



ITEM	DESCRIÇÃO	VALOR MENSAL POR POSTO	QTDE DE POSTOS	VALOR MENSAL TOTALIDADE POSTOS	VALOR ANUAL DA TOTALIDADE DOS POSTOS
1	<i>Supervisão de manutenção predial (SR/DPF/SP)</i>	R\$ 21.734,84	1	R\$ 21.734,84	R\$ 260.818,08
2	<i>Encarregado de manutenção (SR/DPF/SP)</i>	R\$ 8.846,10	1	R\$ 8.846,10	R\$ 106.153,20
3	<i>Líder de manutenção (SR/DPF/SP)</i>	R\$ 7.023,10	1	R\$ 7.023,10	R\$ 84.277,20
4	<i>Técnico em refrigeração (SR/DPF/SP)</i>	R\$ 5.400,65	2	R\$ 10.801,30	R\$ 129.615,60
5	<i>Técnico em automação (SR/DPF/SP)</i>	R\$ 6.450,50	1	R\$ 6.450,50	R\$ 77.406,00
6	<i>Técnico em sonorização (SR/DPF/SP)</i>	R\$ 5.194,78	1	R\$ 5.194,78	R\$ 62.337,36
7	<i>Técnico em eletrônica (SR/DPF/SP)</i>	R\$ 5.194,78	1	R\$ 5.194,78	R\$ 62.337,36
8	<i>Técnico em eletrotécnico (diurno) 12x36 (SR/DPF/SP)</i>	R\$ 6.885,02	2	R\$ 13.770,04	R\$ 165.240,48
9	<i>Técnico em eletrotécnico (noturno) 12x36 (SR/DPF/SP)</i>	R\$ 7.850,03	2	R\$ 15.700,06	R\$ 188.400,72
10	<i>Técnico de manutenção (diurno) 12x36 (SR/DPF/SP)</i>	R\$ 6.885,02	2	R\$ 13.770,04	R\$ 165.240,48
11	<i>Técnico em manutenção (noturno) 12x36 (SR/DPF/SP)</i>	R\$ 7.850,03	2	R\$ 15.700,06	R\$ 188.400,72

12	Oficial de manutenção civil (SR/DPF/SP) e (Prédio da Jaguaribe)	R\$ 5.364,16	3	R\$ 16.092,48	R\$ 193.109,76
13	Marceneiro (SR/DPF/SP)	R\$ 4.607,65	2	R\$ 9.215,30	R\$ 110.583,60
14	Serralheiro (SR/DPF/SP)	R\$ 6.239,18	1	R\$ 6.239,18	R\$ 74.870,16
15	Encanador (SR/DPF/SP)	R\$ 6.239,18	1	R\$ 6.239,18	R\$ 74.870,16
16	Aux. de Serv. Gerais (SR/DPF/SP)	R\$ 3.871,62	3	R\$ 11.614,86	R\$ 139.378,32
17	Aux. Administrativo (SR/DPF/SP)	R\$ 4.214,85	1	R\$ 4.214,85	R\$ 50.578,20
18	Oficial de manutenção civil (Delegacia de Polícia Federal em Presidente Prudente)	R\$ 5.206,87	2	R\$ 10.413,73	R\$ 124.964,80
VALOR TOTAL				R\$ 188.215,18	R\$ 2.258.582,20
MATERIAIS ESTIMATIVO DE CONSUMO					
19	Custo Estimado de Material de Consumo (peças/materiais de reposição)			R\$ 8.000,00	R\$ 96.000,00
VALOR TOTAL ANUAL DE SERVIÇOS E MATERIAIS				R\$ 2.354.582,20	

3.2. No valor acima estão incluídas todas as despesas ordinárias diretas e indiretas decorrentes da execução do objeto, inclusive tributos e/ou impostos, encargos sociais, trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais incidentes, taxa de administração, frete, seguro e outros necessários ao cumprimento integral do objeto da contratação.

3.3. O valor acima é meramente estimativo, de forma que os pagamentos devidos à CONTRATADA dependerão dos quantitativos de serviços efetivamente prestados.

4. CLÁUSULA QUARTA – DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

4.1. As despesas decorrentes desta contratação estão programadas em dotação orçamentária própria, prevista no orçamento da União, para o exercício de 2015, na classificação abaixo:

Gestão/Unidade: 200360

Fonte: 010000000

Programa de Trabalho: 06.122.0750.2000.0001

Elemento de Despesa: 339039 (Serviços)

Elemento de Despesa: 339030 (Materiais)

PI: 702

4.2. No(s) exercício(s) seguinte(s), correrão à conta dos recursos próprios para atender às despesas da mesma natureza, cuja alocação será feita no início de cada exercício financeiro.

5. CLÁUSULA QUINTA – PAGAMENTO

5.1. O prazo para pagamento à CONTRATADA e demais condições a ele referentes encontram-se definidos no Edital.

6. CLÁUSULA SEXTA – REPACTUAÇÃO

6.1. Visando à adequação aos novos preços praticados no mercado, desde que solicitado pela CONTRATADA e observado o interregno mínimo de 1 (um) ano contado na forma apresentada no subitem que se seguirá, o valor consignado neste Termo de Contrato será repactuado, competindo à CONTRATADA justificar e comprovar a variação dos custos, apresentando memória de cálculo e planilhas apropriadas para análise e posterior aprovação da CONTRATANTE, na forma estatuída no Decreto nº 2.271, de 1997, e nas disposições aplicáveis da Instrução Normativa SLTI/MPOG nº 2, de 2008.

6.2. A repactuação poderá ser dividida em tantas parcelas quantas forem necessárias, em respeito ao princípio da anualidade do reajustamento dos preços da contratação, podendo ser realizada em momentos distintos para discutir a variação de custos que tenham sua anualidade resultante em datas diferenciadas, tais como os custos decorrentes da mão de obra e os custos decorrentes dos insumos necessários à execução do serviço.

6.3. O interregno mínimo de 1 (um) ano para a primeira repactuação será contado:



6.3.1. Para os custos relativos à mão de obra, vinculados à data-base da categoria profissional: a partir dos efeitos financeiros do acordo, dissídio ou convenção coletiva de trabalho, vigente à época da apresentação da proposta, relativo a cada categoria profissional abrangida pelo contrato;

6.3.2. Para os demais custos, sujeitos à variação de preços do mercado: a partir da data limite para apresentação das propostas constante do Edital.

6.4. Nas repactuações subsequentes à primeira, o interregno de um ano será computado da última repactuação correspondente à mesma parcela objeto de nova solicitação. Entende-se como última repactuação, a data em que iniciados seus efeitos financeiros, independentemente daquela em que celebrada ou apostilada.

6.5. O prazo para a CONTRATADA solicitar a repactuação encerra-se na data da prorrogação contratual subsequente ao novo acordo, dissídio ou convenção coletiva que fixar os novos custos de mão de obra da categoria profissional abrangida pelo contrato, ou na data do encerramento da vigência do contrato, caso não haja prorrogação.

6.6. Caso a CONTRATADA não solicite a repactuação tempestivamente, dentro do prazo acima fixado, ocorrerá a preclusão do direito à repactuação.

6.7. Nessas condições, se a vigência do contrato tiver sido prorrogada, nova repactuação só poderá ser pleiteada após o decurso de novo interregno mínimo de 1 (um) ano, contado:

6.7.1. da vigência do acordo, dissídio ou convenção coletiva anterior, em relação aos custos decorrentes de mão de obra;

6.7.2. do dia em que se completou um ou mais anos da apresentação da proposta, em relação aos custos sujeitos à variação de preços do mercado;

6.8. Caso, na data da prorrogação contratual, ainda não tenha sido celebrado o novo acordo, dissídio ou convenção coletiva da categoria, ou ainda não tenha sido possível à CONTRATANTE ou à CONTRATADA proceder aos cálculos devidos, deverá ser inserida cláusula no termo aditivo de prorrogação para resguardar o direito futuro à repactuação, a ser exercido tão logo se disponha dos valores reajustados, sob pena de preclusão.

6.9. Quando a contratação envolver mais de uma categoria profissional, com datas base diferenciadas, a repactuação deverá ser dividida em tantas parcelas quantos forem os acordos, dissídios ou convenções coletivas das categorias envolvidas na contratação.

Handwritten signature and initials in the bottom right corner of the page.

6.10. É vedada a inclusão, por ocasião da repactuação, de benefícios não previstos na proposta inicial, exceto quando se tornarem obrigatórios por força de instrumento legal, sentença normativa, acordo coletivo ou convenção coletiva.

6.11. A CONTRATANTE não se vincula às disposições contidas em acordos e convenções coletivas que não tratem de matéria trabalhista.

6.12. Quando a repactuação referir-se aos custos da mão de obra, a CONTRATADA efetuará a comprovação da variação dos custos dos serviços por meio de Planilha de Custos e Formação de Preços, acompanhada da apresentação do novo acordo, dissídio ou convenção coletiva da categoria profissional abrangida pelo contrato.

6.13. Quando a repactuação referir-se aos demais custos, a CONTRATADA demonstrará a variação por meio de Planilha de Custos e Formação de Preços e comprovará o aumento dos preços de mercado dos itens abrangidos, considerando-se:

6.13.1. os preços praticados no mercado ou em outros contratos da Administração;

6.13.2. as particularidades do contrato em vigência;

6.13.3. a nova planilha com variação dos custos apresentados;

6.13.4. indicadores setoriais, tabelas de fabricantes, valores oficiais de referência, tarifas públicas ou outros equivalentes;

6.13.5. índice específico, setorial ou geral, que retrate a variação dos preços relativos a alguma parcela dos custos dos serviços, desde que devidamente individualizada na Planilha de Custos e Formação de Preços da Contratada.

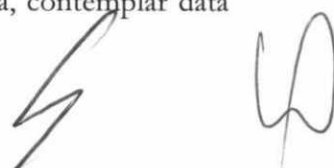
6.13.6. A CONTRATANTE poderá realizar diligências para conferir a variação de custos alegada pela CONTRATADA.

6.14. Os novos valores contratuais decorrentes das repactuações terão suas vigências iniciadas observando-se o seguinte:

6.14.1. a partir da ocorrência do fato gerador que deu causa à repactuação;

6.14.2. em data futura, desde que acordada entre as partes, sem prejuízo da contagem de periodicidade para concessão das próximas repactuações futuras; ou

6.14.3. em data anterior à ocorrência do fato gerador, exclusivamente quando a repactuação envolver revisão do custo de mão de obra em que o próprio fato gerador, na forma de acordo, dissídio ou convenção coletiva, ou sentença normativa, contemplar data



de vigência retroativa, podendo esta ser considerada para efeito de compensação do pagamento devido, assim como para a contagem da anualidade em repactuações futuras.

6.15. Os efeitos financeiros da repactuação ficarão restritos exclusivamente aos itens que a motivaram, e apenas em relação à diferença porventura existente.

6.16. A decisão sobre o pedido de repactuação deve ser feita no prazo máximo de sessenta dias, contados a partir da solicitação e da entrega dos comprovantes de variação dos custos.

6.17. O prazo referido no subitem anterior ficará suspenso enquanto a CONTRATADA não cumprir os atos ou apresentar a documentação solicitada pela CONTRATANTE para a comprovação da variação dos custos.

6.18. As repactuações serão formalizadas por meio de apostilamento, exceto quando coincidirem com a prorrogação contratual, caso em que deverão ser formalizadas por aditamento ao contrato.

7. CLÁUSULA SÉTIMA – GARANTIA DE EXECUÇÃO

7.1 A CONTRATADA prestará garantia no valor de R\$ 117.729,11 (cento e dezessete mil e setecentos e vinte e nove reais, e onze centavos), correspondente a 5% (cinco por cento) de seu valor total, no prazo de 10 (dez) dias, observadas as condições previstas no Edital.

8. CLÁUSULA OITAVA – REGIME DE EXECUÇÃO DOS SERVIÇOS E FISCALIZAÇÃO

8.1. O regime de execução dos serviços a serem executados pela CONTRATADA, os materiais que serão empregados e a fiscalização pela CONTRATANTE são aqueles previstos no Termo de Referência, anexo do Edital.

9. CLÁUSULA NONA – OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE E DA CONTRATADA

9.1. As obrigações da CONTRATANTE e da CONTRATADA são aquelas previstas no Termo de Referência, anexo do Edital.

10. CLÁUSULA DÉCIMA – SANÇÕES ADMINISTRATIVAS.

10.1. As sanções relacionadas à execução do contrato são aquelas previstas no Termo de Referência, anexo do Edital.



11. CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – RESCISÃO

11.1. O presente Termo de Contrato poderá ser rescindido nas hipóteses previstas no art. 78 da Lei nº 8.666, de 1993, com as consequências indicadas no art. 80 da mesma Lei, sem prejuízo da aplicação das sanções previstas no Termo de Referência, anexo do Edital.

11.2. Os casos de rescisão contratual serão formalmente motivados, assegurando-se à CONTRATADA o direito à prévia e ampla defesa.

11.3. A CONTRATADA reconhece os direitos da CONTRATANTE em caso de rescisão administrativa prevista no art. 77 da Lei nº 8.666, de 1993.

11.4. O termo de rescisão, sempre que possível, será precedido:

11.4.1. Balanço dos eventos contratuais já cumpridos ou parcialmente cumpridos;

11.4.2. Relação dos pagamentos já efetuados e ainda devidos;

11.4.3. Indenizações e multas.

12. CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – VEDAÇÕES

12.1. É vedado à CONTRATADA:

12.1.1. caucionar ou utilizar este Termo de Contrato para qualquer operação financeira;

12.1.2. interromper a execução dos serviços sob alegação de inadimplemento por parte da CONTRATANTE, salvo nos casos previstos em lei.

13. CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – ALTERAÇÕES

13.1. Eventuais alterações contratuais reger-se-ão pela disciplina do art. 65 da Lei nº 8.666, de 1993.

13.2. A CONTRATADA é obrigada a aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessários, até o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato.

13.3. As supressões resultantes de acordo celebrado entre as partes contratantes poderão exceder o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato.

14. CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA – PUBLICAÇÃO

Handwritten signature and initials in the bottom right corner of the page.

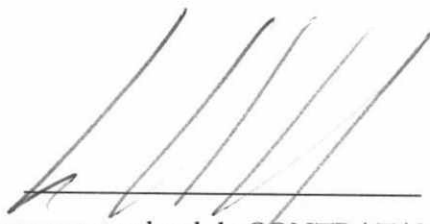
14.1. Incumbirá à CONTRATANTE providenciar a publicação deste instrumento, por extrato, no Diário Oficial da União, no prazo previsto na Lei nº 8.666, de 1993.

15. CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA – FORO

15.1. O Foro para solucionar os litígios que decorrerem da execução deste Termo de Contrato será o da Seção Judiciária de São Paulo - Justiça Federal.

Para firmeza e validade do pactuado, o presente Termo de Contrato foi lavrado em 2 (duas) vias de igual teor, que, depois de lido e achado em ordem, vai assinado pelos contraentes.

São Paulo, 31 de julho de 2015.



Representante legal da CONTRATANTE

LUIZ ROBERTO UNGARETTI DE GODOY
Delegado de Polícia Federal
Superintendente Regional em Exercício
Classe Especial - Matrícula 9261



Representante legal da CONTRATADA

Willian Lopes de Aguiar
Gerente Comercial
RG. 3.975.588 - CPF: 028.383.199-57

TESTEMUNHAS:
